

Bancos apostam no longo prazo

Fábio Alves
de São Paulo

Os banqueiros estão prometendo apoio às medidas do Programa de Estabilidade Fiscal, apesar de a atividade bancária ser afetada no curto prazo pelo aumento das alíquotas da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). "As propostas do governo merecem todo o apoio, pois a situação é crítica e não temos tempo a perder", afirmou o presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) e do Banco Itaú, Roberto Setubal.

Mas o aumento da CPMF e da Cofins terão um efeito colateral bastante negativo, segundo Setubal. "Já temos uma carga fiscal elevada na intermediação financeira e essas novas alíquotas vão elevar ainda mais a cunha fiscal", explicou. O efeito destas novas alíquotas resultará num aumento final dos juros dos empréstimos. Setubal enfatizou que no futuro, "quando tivermos mais tempo para analisar como melhor distribuir a carga fiscal pelos diversos setores da economia, estas alíquotas terão de ser revistas". Ele considerou que agora é absolutamente necessário a aprovação pelo Congresso Nacional do conjunto de medidas anunciadas.

O economista, sênior e sócio do Banco BBA, Edmar Bachá, avaliou como positivas as medidas do Programa de Estabilidade Fiscal. "Atacaram o principal problema do governo: a Previdência Pública". Ele vê um impacto maior do aumento da CPMF e Cofins para bancos comerciais do que para bancos de investimentos. Bachá, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e um dos formuladores do Plano Real, acredita que os valores do ajuste são suficientes para estabilizar a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB), "garantindo a solvabilidade do governo".

Também com expectativa otimista está o presidente do conselho de



Roberto Setubal

administração do Unibanco, Pedro Moreira Salles. "Agora é esperar que elas sejam implementadas pelo Congresso como foram anunciadas". Na opinião dele, a rápida implementação do programa, combinada com a ajuda financeira internacional, vai permitir uma queda das taxas de juros no mercado interno.

O presidente da Associação Brasileira de Bancos Internacionais (ABBI) e do Banco CCF, Bernard Mencier, também aposta numa queda das taxas de juros, se as medidas do ajuste fiscal forem aprovadas pelo

Congresso. Mencier disse que a impressão que ficou do Programa de Estabilidade Fiscal foi a de seriedade. "As medidas de ajuste

fiscal são de grande importância para que o fluxo de capital externo para o Brasil seja retomado", disse Mencier. Para ele, os investidores estrangeiros não vão mais aceitar que os países emergentes apresentem déficits orçamentários muito grandes. Apesar de ser um passo fundamental, o programa de ajuste fiscal não é suficiente para trazer o capital externo de imediato. "O fluxo só retornará de forma gradual e progressiva depois que as medidas forem aprovadas pelo Congresso", disse. Na opinião de Mencier, as linhas de financiamento ao comércio exterior deverão ser as primeiras a serem retomadas. Outro efeito seria a queda do "spread" dos empréstimos para o Brasil no mercado internacional.

O presidente da Associação Bra-

sileira de Bancos Comerciais (ABBC) e do Banco Paulista, Antônio Carlos Castrucci, acredita que o aumento da Cofins deverá ser repassado parcialmente para os clientes, na forma de um maior custo no crédito. Segundo ele, o peso da alíquota da Cofins sobre a margem das transações financeiras será maior do que nas transações comerciais. Mas ele ressaltou que sobre o custo final do dinheiro, embora não tenha feito os cálculos detalhado, o peso da Cofins não será tão significativo, uma vez que o custo do dinheiro hoje é bastante elevado.

Luiz Felipe Denucci Martins, presidente do Sistema Brasilseguridade – conglomerado que reúne as empresas de seguros e capitalização do Banco do Brasil (BB) em sociedade com o setor privado – disse que "como empresário, prefiro passar por um período de sacrifício do que ver o País voltar a era da inflação. Acho que cada um tem que dar sua cota de contribuição".

Denucci admite que o aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) vai provocar uma perda na rentabilidade das seguradoras, na medida em que eleva a carga tributária, disse. ■

(* colaborou Cecília Barroso)

Líderes do setor dizem que aumento da CPMF e da Cofins pesa sobre bancos e seguradoras, mas elogiam medidas